

A SEGURANÇA DE AUTORIDADES E OS ESCÂNDALOS DO BRASIL

VINICIUS DOMINGUES CAVALCANTE, CPP,
o autor, é Consultor em segurança certificado pela American Society for Industrial Security, membro do Conselho de Segurança da Associação Comercial do Rio de Janeiro e Diretor da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança – ABSEG – no Rio de Janeiro.
vdsecurity@hotmail.com

Em fins de junho de 2014, ainda no transcurso da Copa do Mundo, os jornais reportavam que, na abertura da competição, um sniper que cobria a tribuna das autoridades teria solicitado autorização para disparar contra um policial do esquadrão de bombas da PM de São Paulo, que circulava uniformizado e armado por uma área onde a sua presença não seria esperada, junto ao palanque onde se encontrava a Presidente Dilma Roussef, o Vice-Presidente Michel Temer, o Presidente da FIFA, o Secretário Geral das Nações Unidas e diversos outros dignitários do exterior. Sabedor de uma grande quantidade de atentados perpetrados por criminosos travestidos de policiais, o atirador desconfiado, teria inquirido sobre o alvo ao comando da operação que teria assegurado que o suposto policial militar não estaria autorizado a estar ali. Em face da resposta ele teria pedido autorização para disparar. Segundo narra a notícia o comando da operação solicitou que ele aguardasse, e teriam transcorrido alguns minutos até que um policial na sala de controle o identificou como um integrante do grupo policial de elite da PMESP, que teria se dirigido ao local em face de uma suspeita de artefato explosivo.

Tenho cá certas dúvidas se alguém, além do policial militar do GATE, realmente correu riscos nessa situação. Os dignitários no palanque tinham uma segurança aproximada que deveria estar bem próxima ao policial militar que ingressou na área restrita e ele, a menos que estivesse muito próximo de uma autoridade, talvez sequer tivesse chance de efetuar um disparo. Ressalte-se que ele, na condição de técnico de explosivos circulando numa área estéril e controlada, não deveria estar portando fuzis, granadas, só mesmo sua pistola de uso pessoal. Frente à segurança que deveria existir naquele local não acredito que um único agressor apresentasse assim tanto perigo; mas a verdade é que, como objetivo de tais missões, o risco tem de ser zerado, e a segurança, a mais perfeita que for possível!

Garantir a segurança de dignitários num evento como a Copa envolve muitos profissionais das mais diferentes instituições. Isso torna a coordenação desses eventos algo que requer muito trabalho e planejamento. A execução das missões de segurança com muitas agências pode realmente gerar equívocos, tanto pela dificuldade de comunicação entre as agências, pela distribuição de atribuições no âmbito do planejamento e até na interpretação equivocada de ordens. Quando eu era "menudo" vi o DPF e os Fuzileiros quase se engalfinharem em Salvador, por problemas quanto à divisão de missões numa segurança de dignitários...

Curiosamente, quando a notícia apareceu nas redes sociais, as postagens me surpreenderam, não por analisarem eventuais falhas no esquema da segurança ou cobrarem providências para que elas não mais venham a ocorrer, mas por sugerirem que a tarefa do policial deveria ser a de disparar contra as próprias autoridades brasileiras que estavam no local. Isso me remeteu a outros tempos...

Houve uma época, enquanto eu ainda engatinhava na atividade de segurança de dignitários, que um velho Mestre costumava dizer: "Neste ramo, ninguém consegue render 110% se não estabelecer para com o protegido um forte laço de admiração". É fácil compreender a verdade que tais palavras encerram, pois se o agente de segurança é o principal responsável pela completa integridade de uma pessoa, e se tal "serviço", ao menos teoricamente, tem prioridade sobre a vida do próprio agente, não se imagina que o segurança assuma para si a tarefa de correr máximos riscos por alguém a quem ele – intimamente – não imaginasse valer à pena. Embora se possa discorrer laudas sobre o que se entende por profissionalismo neste ramo de atividade, e saiba que inúmeros agentes morrem no desempenho cotidiano das missões de segurança pessoal, estou certo de que o empenho e o arrojo do homem na atividade de proteger uma autoridade está diretamente associado ao conceito em que ele tem aquele dignitário. Sendo a vida o nosso bem mais precioso, ninguém me convenceu até hoje, que um segurança – por mais profissional que ele apregoe ser – se disporá a trocá-la pela de um segurado que ele considere não ser merecedor de tal sacrifício. Em última instância, em se tratando de uma atividade de extremo risco, o segurança sempre pode vir a perecer num atentado, porém aqueles relatos de reações de agentes em que transparece um admirável senso de dever, bravura e despojamento são de uma relação que, no meu entender, transcendem ao mero relacionamento profissional, onde os guardiões se empenham por alguém que, sabem, merece ser realmente protegido.

Hoje os fatos da crônica política brasileira envergonham-nos mais do que em outras épocas. Talvez nem tanto pelos montantes de dinheiro sujo envolvidos, mas pelo fato de que as esperanças de uma expressiva parcela da nação brasileira foram levadas de roldão. Numa avalanche de histórias de corrupção agravadas pela flagrante desonestidade intelectual, inúmeras autoridades assumiram, de fato, que seu discurso bonito e democrático proferido ao longo de anos se destinava apenas a permitir-lhes galgar o poder, apropriar-se dos recursos da nação e geri-los ao seu bel prazer. Com a onda de escândalos envolvendo políticos e altas autoridades, por dever de ofício não daria pra deixar de pensar no que vai pela cabeça dos homens a quem o Estado paga para protegerem tais pessoas. Convenhamos, não se trata de

uma tarefa fácil. Estar diuturnamente protegendo alguém acarreta, quase que de forma inconsciente, observar-lhe os hábitos e avaliar seu caráter e sua personalidade. No desempenho de suas tarefas diárias o homem de segurança acaba obrigatoriamente por penetrar na intimidade dos segurados: conhece os locais por onde ele circula, estabelece seus círculos de amizade, sobretudo, às vezes vê e ouve muito mais do que seria desejável para a manutenção da privacidade do protegido.

Nesse contexto, o segurança, com extremo profissionalismo, a tudo presencia, assiste, escuta e se cala, mantendo uma postura crítica e se auto-policinando de forma a não imiscuir-se na vida daquele a quem está protegendo. Porém é aí que reside o “X” da questão: quando se começa a conhecer a fundo quem se está protegendo, muitas das vezes o segurança pode esbarrar em indícios dos escândalos como os que hoje, como cidadãos, assistimos chocados. A segurança de um dignitário é uma “função de Estado”, na medida que se protege o detentor do cargo, independentemente de quem for. Os agentes de segurança são funcionários públicos de carreira, que, ao menos teoricamente deveriam agir de forma apolítica, protegendo ao governo do dia, independentemente de sua matiz partidária ou ideológica. Trata-se de uma questão quase marcial; normalmente diríamos que não compete aos seguranças emitir conceitos de juízo acerca da personalidade protegida, porém, na realidade isso se torna muito difícil em virtude da impossibilidade humana de abstrair-se dos próprios sentimentos.

Embora desde o princípio dos tempos, todas as instituições e as boas idéias da humanidade sempre necessitassem da proteção de guerreiros profissionais escolhidos, a história nem sempre registra o que tais homens pensavam acerca da tarefa que lhes era creditada, sobretudo em conjunturas como a que vivemos atualmente no Brasil.

É um dilema excepcionalmente complexo: como que o cidadão, cujos bons princípios, a retidão de caráter e honestidade se constituíram em atributos essenciais para a sua seleção no âmbito de um serviço de segurança de autoridades, pode tomar conhecimento de atos lesivos ao interesse da nação a quem serve e passivamente silenciar-se? A alegação de que “Eu estou aqui para proteger e não sou pago para ficar observando essas coisas” conflita com o escrúpulo daquele que vai deparar-se com a malversação dos esforços do povo e dos impostos que ele próprio, enquanto cidadão, paga sem poder reclamar. Vendo autoridades procederem de forma criminosa na gestão da coisa pública, os profissionais responsáveis por proteger podem revoltar-se enquanto cidadãos, e isso vai comprometer a sua atuação como segurança daqueles dignitários. Quem de sã consciência vai querer correr risco por alguém que achamos, deveria estar encarcerado, cumprindo pena? É possível trabalhar normalmente, salvaguardando a integridade de alguém que desvia o dinheiro dos programas assistenciais mais urgentes, da educação, dos remédios, hospitais e do leite das nossas criancinhas? Não pretendo discutir brios profissionais com quem quer que seja, porém, por mais devotado à instituição a que trabalha, tenho minhas dúvidas se o profissional estará disposto realmente disposto a por sua vida em jogo para defender uma autoridade desse quilate.

Seguranças pessoais descontentes com a atuação de seus dignitários são um perigo que não pode ser desprezado. Em 1984, a Primeira-Ministra da Índia, Indira Gandhi foi assassinada por membros de sua própria guarda pessoal, pertencentes à etnia Sikh. Um dos assassinos, o inspetor Beni Singh, integrava em sua segurança pessoal há dez anos e era

guarda-costas em que Indira Gandhi mais confiava. O crime fora motivado como represália à invasão, por ordem da Primeira-Ministra, do Templo Dourado dos sikhs em Amristar, quando morreram oitocentos sikhs, seu líder máximo Singh Bhindranwale e cem soldados hindus. Mesmo sem chegar ao extremo da execução, não nos faltam histórias de informações reservadas, deliberadamente divulgadas por assessores, seguranças e motoristas particulares. O testemunho de um motorista, profissional que obrigatoriamente deve inserir-se no círculo de segurança de um dignitário, foi fundamental para a aprovação do processo de “empeachment “ do presidente Collor. Em 1995, depois de vinte dois anos, o mundo ficou sabendo que informações essenciais sobre o escândalo Watergate, o qual culminou com a renúncia do presidente americano Richard Nixon, foram vazadas pelo então vice-Diretor do FBI.

O que devem fazer os seguranças se, ou quando, descobrem que aquele a quem protegem não merece mais do uma boa condenação criminal por improbidade administrativa ou por outros ditos “crimes de colarinho branco” ? Agir em perfeito acordo com o que manda sua própria consciência! Fazer o que acha que deve ser certo!...

Num homem, a linha que divide o profissional de segurança pessoal do cidadão é tênue, às vezes imperceptível. Só criminosos ou gente de índole suspeita contrataria alguém sabidamente desonesto como guardião de sua integridade. O agente encarregado de segurança de uma autoridade deve obrigatoriamente ser íntegro e um homem íntegro, ao menos em tese, não se presta ao conluio com dignitários de moral duvidosa. Em se tratando da segurança de autoridades públicas, o profissionalismo, completamente dissociado do senso do dever cidadão, me cheira ao mercenarismo. Eu particularmente não conheço bons agentes de segurança pessoal que trabalhem apenas por dinheiro. No Brasil de hoje acredito que essa combinação de “proteger sem refletir ou fazer perguntas” se insira num contexto até muito mais grave, talvez até quadrilhesco. Em nome da gratificação que recebem, alguns homens (e mulheres) acabam por fazer vista grossa para o fato de que seus protegidos são ladrões do erário e acabam se tornando, de certa forma, cúmplices daqueles que estão “por cima”.

Não é meu intento fazer apologia à traição, delação e muito menos instando ao assassinato dos maus dignitários, mas é fato que este país precisa de verdadeiros profissionais, que sejam tecnicamente hábeis, éticos e corretos, independentemente de sua esfera de atuação. Na administração pública, na política e também na segurança, precisamos de pessoas que sejam capazes fazer aquilo para o qual se qualificaram, capazes de honrar palavra, compromissos e proceder com a lisura que sempre, com muito mais propriedade, cobraram aos outros. Autoridades descentes com certeza serão protegidas com muito mais empenho, por seguranças conscientemente leais, cada vez mais devotados à boa desincumbência de seus afazeres. O segredo sempre vai ser tentar se constituir naquele exemplo que, se espera, possa inspirar aos outros; ou, adaptando as palavras de Claudiano: “Regis ad exemplum totus componitur orbis” (“O mundo inteiro regula-se pelo exemplo do Rei”).